

Os arquivos de família: o caso galego-português

Angel Arcay Barral

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

arcaybarral@gmail.com

Resumo Estudo comparado das duas propostas principais, da arquivística galega e da portuguesa, no âmbito da ciência da informação, no que se refere aos arquivos de família, e exemplificação com um breve estudo de caso acerca do fundo da Família Malvar (Pontevedra, Galiza).

Abstract Comparative study about Galician and Portuguese family archives with exemplification, through a brief study of Malvar family fund (Pontevedra, Galiza).

Introdução

O estudo dos arquivos de família associados ao território galego-português responde a uma razão muito simples, o da minha origem e da minha área de estudos. Explica-se, ainda, pelo facto de ser considerado um território com um passado comum sendo o Minho uma fronteira mais unificadora do que fraturadora, sem diferenças culturais significativas.

Do ponto de vista social, o estudo das famílias da nobreza, ou de ascendência dita nobre, parece igualmente apresentar paralelos, sendo muito mais próxima a realidade social, demográfica ou económica entre o Norte de Portugal e o resto de Castela ou a Andaluzia, por exemplo. Esta realidade tem reflexos na organização e produção da informação poro estas famílias, com reflexos na arquivística.

O arquivista basco F. Borja de Aguinagalde diferencia *“la propia denominación - y percepción- de estos fondos cambiará según dónde operemos. En Castilla o Andalucía, es habitual (a mí sigue sin parecerme acertada, además de anacrónica) la denominación de Archivos Nobiliarios para esta clase de fondos, cuando en el País Vasco, por ejemplo, este uso carece de tradición y resulta anacrónico. La estructura social de unos y otros territorios hace que se produzca una asimilación entre élites locales y nobleza (e, incluso, nobleza titulada) en unos, mientras que la propiedad más atomizada de las regiones del norte asocia el Archivo de Familia a una casona, un pazo, o un viejo palacio barroco, de un linaje hidalgo más o menos prestigioso”* (AGUINAGALDE, 2013).

Tendo em conta as suas palavras remetemos o mesmo exemplo para o caso galego, especialmente para o exemplo aqui apresentado da Família Malvar, uma

família de Pontevedra que associa no seu fundo, depositado no Arquivo da Diputación de Pontevedra, os documentos provenientes de diferentes casas de pequeno porte localizadas um pouco por toda Galiza. São pequenas famílias associadas a uma casa específica que marca a estrutura e a evolução da família, fruto das redes que se vão estabelecendo, das vicissitudes conjuntas.

É por isso que este binómio que diferencia as grandes casas da *meseta*³⁰⁹ espanhola dos pequenos palácios do norte atlântico poderá ser extensível a Portugal, onde as famílias mais importantes, e que conservaram a sua documentação, raramente representam exemplos de uma extensão e um carácter comparável às Grandes Famílias. Estabelecer o paralelismo com as casas galegas poderá vir a permitir um avanço no campo historiográfico nas diferentes vertentes da mesma, assim como consequentemente, na análise dos fundos provenientes destes grupos, que, com características similares, poderão favorecer o estudo e tratamento arquivístico da documentação

Neste estudo específico, não trataremos o estudo comparativo da família nobre na Galiza e em Portugal, mas antes fazer um estudo acerca dos modelos de tratamento da documentação a nível arquivístico, estudando duas propostas de organização documental diferenciadas, dum lado e do outro do rio Minho.

Tradicionalmente, o estudo arquivístico estava destinado a organizar minimamente a documentação depositada num arquivo ou centro documental, etiquetado, arrumado e organizado, mais do ponto de vista temático, em temas que servissem de interesse para os historiadores, com o objetivo de lhes garantir o acesso a essas fontes documentais. Recentemente, tem sido colocado uma outra perspetiva, em grande medida enquadrada dentro das ciências da informação, (SILVA, 1997) no sentido de gestão da informação, ou seja, a de divulgar a informação melhorando as formas de acesso. Os arquivistas continuam a ser os mediadores entre a informação e os diversos utilizadores, mas conscientes de que terão de usar todas as ferramentas de que dispõem para garantir um contacto positivo entre os dois pólos, produtores e utilizadores, sendo que os primeiros obedecem ao processo orgânico de produção da informação.

Esta evolução fez-se através de algumas etapas: a seleção de famílias de casas maiores da nobreza, sendo sobretudo os historiadores que começam a tratar estes fundos e não os profissionais da informação.

³⁰⁹ Sobre este assunto ver as obras de Villares e Garazo referidas na bibliografia.

É neste percurso que se dá o desenho de perspectivas paralelas, nalguns casos mesmo divergentes. Neste trabalho confrontamos uma proposta galega, liderada por Olga Gallego Domínguez e uma outra, em Portugal, sobretudo nos meios académicos da Universidade do Porto, personificada nos professores Fernanda Ribeiro e Armando Malheiro da Silva, que abordam os arquivos de família a partir de uma visão diferente, criando duas teorias de grande interesse para o estudo arquivístico.

DEFINIÇÃO DOS ARQUIVOS DE FAMÍLIA

No início do debate está a clarificação do que se entende por arquivos de família, tanto mais que é aqui que começam a surgir as primeiras divergências entre as duas visões:

Por um lado, Olga Gallego define os arquivos como *el conjunto de documentos acumulados por una persona o institución pública o privada en un proceso natural, automática y orgánicamente, en razón de sus funciones y actividades y de cualquier fecha, que se conservan para servir de referencia como testimonio e información*. E os arquivos de família são entendidos como *los generados por las actividades de una persona a lo largo de su vida o por las de los distintos componentes de una familia a través de generaciones, constituyendo, generalmente, la etapa final de la integración de otras familias y de desmembraciones de sus componentes que han dejado huella en sus fondos documentales* (GALLEGO DOMÍNGUEZ, 1993).

Em suma, esta autora define que os arquivos de família devem permitir uma boa administração patrimonial, ou seja, define uma finalidade de gestão e administração, não descartando a importância cultural que estes têm para o conhecimento histórico da linhagem e do seu contexto.

Para os autores portugueses, representados no modelo sistêmico, a arquivística deixa de ser essa disciplina auxiliar da investigação histórica para ficar *inscrita como mero ramo de aplicação teórico-prática no quadro epistemológico de uma Ciência da Informação que estuda, explora e busca compreender, resolver e aprofundar problemas e situações mais ou menos complexas e relacionadas com um fenómeno humano e social, facilmente perceptível, mas assaz complexo, que tem sido e continuará certamente a ser designado por diferentes termos - cultura, informação, conhecimento...*- (SILVA, 2004).

É por isso que a definição de arquivo para eles é o de um *sistema semi-fechado de informação social, materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais -a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) - a que se associa um terceiro - a memória - imbricado nos anteriores.*

Desta forma, verificamos que a perceção do apresentado pela arquivística portuguesa é diferente e supõe uma novidade. Para o caso português, a definição do arquivo familiar ou pessoal também tem uma conceção inovadora, a de ser um *sistema de informação organizado ou operatório, cujo pólo estruturante e dinamizador é uma entidade - Família e Pessoa - cada qual com a estrutura própria e acção fixada sempre por objectivos diversos, uns perenes e outros mutáveis* (SILVA, 2004).

Nesta primeira abordagem, podemos ver as circunstâncias que movem a cada autor para fazer a reflexão que estudaremos a seguir:

A PROPOSTA GALEGA

Existem numerosas casas que deixaram de entre o seu património um acervo documental importante para o mundo arquivístico, não são muitos os profissionais formados nesta área que compreendem e estudam estas estruturas. Antes mesmo de Olga Gallego, note-se a influência de Froilán de Troche e Zúñiga, um apoderado dos Condes de Taboada, tratadista da arquivística e criador do método cronológico - topográfico de arrumação dos arquivos familiares, publicado em 1830.

Este caso é o da proposta de um homem de letras com *afán realista e utilitario* (...) *para o arranxo e organización duns arquivos moi alterados por parte dos seus propios donos a través da súa formación autodidacta. (...) De feito cremos que a publicación en Galicia do “Archivo cronológico - topográfico” e a xestación á súa sombra dun dos primeiros debates na moderna arquivística española non é froito da casualidade. A obra de Troche y Zúñiga non é máis que a consecuencia dun contexto histórico moi preciso, fondamente definido pola existencia de centos de casas nobiliaries cunha vixencia social, a resultas da súa vitalidade económica, que as tornaba en institucións estratéxicas para o desenvolvemento económico de Galicia. E así como se entende que a temática arquivística xermolara de xeito tan agudo e sorprendente na Galicia da primeira metade do século XIX máis que en ningún outro lugar de España”* (RODRÍGUEZ, 2002).

Desta obra nasce uma proposta de arrumação dos arquivos familiares *fácil y sencillo y poco costoso para el arreglo de los archivos particulares, útil a los Hacendados y poseedores de bienes que tienen documentos para conservar sus intereses* (ZÚÑIGA, 1830). Para isso, centra a sua proposta na organização não em métodos alfabéticos, como fazia o seu concorrente Fernando Porras Huidobro, senão em o cronológico - topográfico que permita facilitar a consulta do interessado na documentação. A diferença entre os arquivos gerais e particulares é o primeiro passo, sendo o segundo a divisão de cada arquivo entre documentos gerais e particulares: *los generales son los correspondientes a los poseedores de las Casas o inherentes a los sujetos y no a los bienes que poseen, sino en general. Tales por ejemplo son empezando por la genealogía de ellos y siguiendo al sujeto desde que nació hasta que murió* (ZÚÑIGA, 1830).

Dentro destes documentos gerais encontramos tudo o que estava relacionado com a genealogia das famílias que seriam o primeiro grupo, antecipando as árvores genealógicas a outros documentos; os documentos nobiliárquicos que seriam a segunda secção com divisões individuais, os documentos facendísticos e de interesses gerais, os das regalias, os das regalias abolidas, os pleitos gerais, as contas e as lanças e meias - anatas.

Mais tarde, a divisão dos particulares teria que atender a critérios geográficos, começando pelas províncias e descendo aos *correximentos*, as jurisdições, etc. E no caso da documentação eclesiástica, a recomendação do autor é a de seguir as divisões impostas nesta área. Com isso feito, as operações seguintes irão ser destinadas a fazer uma lista dos territórios onde haja rendas e criavam-se cartões com rótulos ideográficos de acordo com as denominações dos documentos gerais (genealogia, nobreza, fazenda, interesses gerais). Para cada secção disponibiliza uma cadeira³¹⁰ e, em seguida, uma para cada paróquia. Depois de fazer uma breve leitura do documento arrumaria cada item no "assento" ou cadeira recomendada.

Do ponto de vista cronológico, a documentação seria ordenada a partir da personagem mais remota e tendo em conta, então, a evolução genealógica. Tudo isto seria acompanhado de um resumo para saber o que contém cada documento, o assunto. Esta técnica é definida por Froilán de Troche como a "arte de extractar" para disponibilizar o arquivo completo e evitar que os usuários se possam perder entre as

³¹⁰ A proposta é descrita para fazer dentro de um quarto, com cadeiras ao redor da mesa do arquivista.

pilhas de papéis.

Mais de um século depois, aparece a proposta de Olga Gallego Domínguez, recolhida principalmente na sua obra *Manual de Archivos Familiares* (GALLEGO DOMÍNGUEZ, 1993) Nela discorre sobre o pouco interesse pelo estudo (mais arquivístico que historiográfico) dos fundos familiares, ausentes nas últimas décadas, tal como hoje segue sem consolidar-se uma proposta práctica para o tratamento destes fundos. Alguns descansam nas administrações públicas, enquanto muitos outros ainda o fazem nas casas e palácios das famílias que os entendem como um recurso patrimonial, do qual não se querem separar. Ou, pelo contrário, há muitos também que não o valorizam, o que pode ser um verdadeiro perigo para a sobrevivência da documentação.

Define uma diferenciação em três grupos de documentos de acordo com a procedência do documento: os recebidos, os emitidos e os gerados pelo próprio grupo.

Estes fundos têm uma característica quase generalizada, na sua opinião, o que torna especialmente difícil o seu tratamento, que é a de desobedecerem a qualquer organograma ou qualquer norma, uma vez que são fruto, em grande medida, do acaso, dependendo sempre de cada indivíduo, de modo que é impossível encontrar vários fundos familiares semelhantes. Esta heterogeneidade e complexidade é uma das características principais destes arquivos, pelas mudanças que sofrem com as uniões matrimoniais.

Para a sua organização a autora afirma que eles trazem já um proceso organizativo original, dado que *de los siglos XVIII al XIX se organizaban y describían muchos de estos archivos, respetándose el principio de procedencia, por casas y estados, si se trataba de la nobleza (...). Dentro de ella, la clasificación suele ser muy variada y, en general, con poco rigor archivístico: rentas, derechos, jurisdicciones, cuando no se organizaron cronológicamente sin clasificación alguna* (GALLEGO DOMÍNGUEZ, 1993).

Propõe Olga Gallego que não nos centremos no princípio de procedência e de estrutura, como se se tratasse de uma instituição com as suas divisões internas, mas sobre o assunto. Citando a Theodore Schellenberg assume que é possível uma classificação funcional, considerando que essas "coleções orgânicas" são compreendidas por várias séries naturais que respondem ao legado das diferentes ações que se desenvolvem numa família.

A sua reorganização fica sujeita à possibilidade de refazer a organização original ou não. Para este segundo caso teremos que fazer uma classificação que não seja orgânica, uma vez que *en los archivos de familia el carácter heterogéneo de su documentación no permite establecer à priori una clasificación del conjunto de documentos reunidos por una familia o individuo* (GALLEGO DOMÍNGUEZ, 1993). Então os critérios a seguir terão de ser outros, como o volume ou a natureza da documentação conservada.

Dentro do critério da dimensão, as indicações dadas por Olga Gallego para os conjuntos pequenos e desfragmentados, são manter o fundo como uma série única e utilizando apenas a classificação cronológica. No caso dos fundos com poucas séries, mas muito definidas teremos que executar uma classificação lógica enquanto se volumoso a classificação será seriada, sendo necessário aplicar o princípio de origem, reagrupando por destinatários, por actividades e por matérias, reformulando tudo num quadro de classificação.

Depois volta a dividir a documentação em papéis contemporâneos e em arquivos de família prévios ao Antigo Regime. Neste caso, os mais antigos corresponderão na maior parte dos casos, a famílias nobres e fidalgas, sendo que o núcleo da organização tem de estar estruturada em torno do morgadio, essa ação de *vincular permanentemente el patrimonio y ciertos privilegios en determinados miembros, lo que dará lugar a concentraciones e, incluso, disgregaciones (...) por tanto, de sus archivos* (GALLEGO DOMÍNGUEZ, 1993).

Posteriormente, a organização será à organização familiar, pelo que é fundamental conhecer a genealogia familiar e conseguir realizar uma lista contínua das gerações. Além da genealogia, não é de menos interesse conhecer também o património que rodeia cada individuo.

O próximo passo, depois de conhecer estes aspectos, é estabelecer uma classificação genealógica por ramos (o principal, o secundário e o bastardo) assim como por casas. Depois disto então reúne-se a documentação em grupos documentais seguindo a ordem das casas, das famílias e das linhagens. A cada família e a cada casa corresponderá uma secção do fundo e nos casos em que exista uma ligação é para quem tenha morgado.

Nun nível inferior, o das subsecções, com a documentação relativa à administração do lar, as escrituras genealógicas e heráldicas, a documentação jurídica e e outra que afete "a toda a estirpe", tais como os documentos patrimoniais. No caso

de existir um personagem de destaque, com relevância social, pode-se formar uma sub-secção individual.

O outro grupo que estuda Olga Gallego é o das famílias contemporâneas, mais escassos, por corresponder já a um momento de crise da família como instituição de representação social das épocas anteriores. Neste caso, os arquivos individuais ganham uma importância que não tinham antigamente, porque são uma memória social que funcionará, mesmo, em muitas circunstâncias, como capital social.

Na ordenação da documentação, neste caso de documentação contemporânea, ela defende que pode variar de acordo com o tipo documental e de agrupação correspondente e de acordo com o estado de conservação do fundo. A ordem pode ser cronológica, alfabética, geográfica ou corresponderá à união de todas estas características. Se o que se está a tratar são documentos pequenos e soltos, será suficiente uma correlação numérica. Nas diferentes subsecções que se nos apresentavam para os arquivos familiares mais antigos, a ordem é cronológica no caso das linhagens e das casas, a documentação administrativa será ordenada respondendo a critérios alfabéticos por tipologias, no caso da genealógica presidirá a ordem alfabética - onomástica, e nos pleitos e histórias, o cronológico. A documentação patrimonial será primeiramente organizada cronologicamente e depois de forma alfabético - geográfica em relação à localização de cada objeto.

No caso especial dos arquivos individuais dentro do fundo familiar terá que responder a uma classificação prévia, por ramos (principais, secundárias e bastardas) e depois introduzir em critérios cronológicos. E na ordenação da correspondência as cartas recebidas e expedidas respondem a uma série com ordem cronológica.

A descrição do conjunto será baseada no quadro de classificação, como ferramenta que permite uma aproximação ao conjunto de forma lógica e simples. Responde a critérios funcionais e em alguns casos a assuntos. Para os fundos mais antigos, Olga Gallego recomenda a criação de dois quadros de classificação, um para a estrutura histórica do fundo e outra com a nova recriação.

Outra ferramenta da que poderemos dispor, de acordo como o critério da arquivista galega, é a do inventário, para agrupar o fundo em séries funcionais e factícias, atendendo a *actividades, asuntos o materias, al lugar, si se refiere a áreas geográficas, al tiempo, si atañen a períodos cronológicos, y al tipo documental, siempre tratando de no multiplicar los encabezamientos* (GALLEGO DOMÍNGUEZ, 1993). A um nível mais baixo, os manuais, catálogos e inventários respondem a outras

exigências consoante forem necessários ao investigador.

A PROPOSTA PORTUGUESA

Para o caso espanhol selecionamos intencionalmente a autores que tratassem os arquivos de família equivalentes em dimensão ao caso galego, ou seja, famílias de fidalgos e pequena nobreza "de províncias", como já se referiu atrás, e não são avaliados os fundos dos terratenentes castelhanos que darão lugar a arquivos de família diferentes. Para o caso português, o problema não é tanto a exemplificação em famílias de classes socioeconómicas médias ou baixas, mas a escolha portuguesa vem dada pela teorização arquivística sob o inovador método sistêmico que considero necessário explicar de forma detalhada, de acordo com a proposta apresentada pelo Professor Doutor Armando Malheiro no seu artigo *Arquivos familiares e pessoais, bases científicas para a aplicação do modelo sistêmico e interativo* (SILVA, 2004). Esta corrente portuguesa começa por colocar um ponto de partida teórico, diferenciando-se da corrente empirista, mantendo o trabalho arquivístico como um conhecimento científico e, portanto, aplicando um método para os arquivos de família e pessoais. Escolhe esta abordagem por considerar ser um campo que escapa do esquema normativista e que pode contribuir desse modo a um outro tipo de conclusões.

Estabelece-se, assim, um novo paradigma com a criação também de um novo quadro teórico - metodológico como base num modelo aplicado que procura para estudar e disponibilizar os fundos familiares. Armando Malheiro apresenta um método eficaz para todos os tipos de fundos, independentemente do seu tamanho, *esse amontoado de papéis - poucos ou muitos - como um sistema (semi)fechado de informação que remete para uma determinada estrutura (o aparelho organizacional ou a composição interna/endógena da entidade respectiva) e para uma funcionalidade dinâmica (uso original e reutilização posterior e permanente), vectores que se enlaçam e formam um terceiro - a memória* (SILVA, 2004).

Esta perspetiva afirma que não são fundos o que se tem como objeto de trabalho, mas de sistemas de informação. Ou seja, na minha opinião, esta é a principal diferença em relação aos autores espanhóis, uma vez que os profissionais da arquivística na sua maioria são historiadores de formação, reforçando as teorias de que devemos tratar os fundos a partir de uma perspetiva patrimonial/custodial e não informacional.

Esta abordagem tem implicações práticas, porque temos de começar por reconhecer que para os arquivistas portugueses o trabalho segundo esta perspetiva de arquivos como sistemas de informação familiar que não podem ficar apenas sujeitos a alguns planos de classificação orgânico - funcionais. É por isso que *começa neste ponto a necessidade de mudar de paradigma e de trazer a ciência da informação para o terreno da pesquisa, da contextualização e da disponibilização rigorosa da informação acumulada* (SILVA, 2004).

Uma outra ideia-chave desta proposta é entender o documento não como um compêndio de letras num papel sem qualquer função nos sistemas atuais, ou seja, a coisificação do documento, classificado segundo modelos e normas arquivísticas que colocam etiquetas. Ou seja, uma crença dos arquivistas portugueses é que o documento existe como uma coisa, quando ele deve estar associado ao binómio informação - comunicação, porque ao avaliar a informação que contém o documento é quando percebemos o porquê do modelo sistémico: *os dados que nos chegam do passado foram informação, e não documentos ou fontes* (ROSA, 2009).

Nesta aceção, a aplicação prática do modelo sistémico não varia em função do volume de documentação que encontremos num sistema de informação de família. Este conjunto remete para uma estrutura obviamente orgânica que pode ter duas categorias de acordo com a sua estrutura e outras duas de acordo com a funcionalidade.

No caso da primeira categoria a divisão é simples, entre corpos unicelulares e pluricelulares, dependendo do tamanho e do conjunto de áreas funcionais, ou sendo o segundo o dos casos compostos.

No caso da funcionalidade, a divisão traça um termo mais complexo em torno da centralização e da descentralização. O primeiro tem um único centro físico e baseia o seu tratamento em critérios funcionais, ideográficos ou de acesso. Enquanto que o segundo confere independência aos setores orgânico - funcionais para ter um tratamento mais ajustado.

Exemplificando, o casal (marido/mulher) constitui a seção do modelo sistémico, sendo as subsecções da organização as individuais, começando com o casamento, depois o homem, depois a mulher e por último os irmãos, sempre por ordem cronológica.

A APLICAÇÃO PRÁTICA

A aplicação prática dos conceitos até agora apresentados resume-se no quadro de classificação das duas propostas arquivísticas. Primeiramente, a de Olga Gallego Domínguez, que, como já explicamos, concentra o seu esforço teórico na divisão do fundo de acordo com os assuntos ou temas da documentação. Algo que pode ser óbvio nos arquivos administrativos e que ela entende como mais positivo para a organização destes fundos familiares.

Quadro de classificação - Olga Gallego Domínguez³¹¹
1- Fundos funcionais.
1.1- Documentos da organização, do conteúdo e da história do arquivo.
1.2- Documentos da genealogia, heráldica e juízos.
1.3- Documentação patrimonial.
1.3.1- Documentação de títulos da propriedade.
1.3.2- Documentação da administração da propriedade.
1.4- Documentação senhorial.
1.4.1- Documentação senhorial e feudal.
1.4.2- Documentos jurisdicionais.
1.5- Arquivos individuais.
1.5.1- Documentos pessoais.
1.5.2- Documentos de função.
- De função pública.
- De função privada.
· Atividades empresariais.
· Atividades intelectuais.
· Atividades políticas.
· Atividades profissionais.
· Atividades sociais.
2- Coleções
3- Arquivos alheios à família.

No caso da proposta prática adoptada por arquivistas portugueses a classificação é criada sobre uma base genealógica, estruturando a documentação segundo a pessoa que produziu a informação (secção) e estabelecendo essa relação.

³¹¹ Quadro apresentado em: DOMÍNGUEZ, Olga Gallego - *Manual de archivos de familia*. Madrid, ANABAD, 1993.

Quadro de classificação - Armando Malheiro da Silva³¹²
1- Sistema de informação: Família
1.1- Secção 1: Geração 1
1.1.1- Subsecção 1: Casal.
1.1.1.1- Fase da vida 1.
1.1.1.1.1- Série.
1.1.1.2- Fase da vida 2.
1.1.1.3- Fase da vida 3.
1.1.2- Subsecção 2: Marido.
1.1.3- Subsecção 3: Esposa.
1.1.4- Subsecção 4: Irmão.

Verifica-se que se trata de duas formas de organização completamente diferentes e como os arquivistas são os intermediários entre os documentos e o público, criámos, como consequência destas duas teorias, duas maneiras distintas de aproximação à documentação familiar.

Como exemplo, se tentamos procurar um documento específico que pode ser o que inclui as despesas da educação de José Malvar Pinto de acordo com a organização proposta por Olga Gallego teríamos que consultar todos os documentos de despesas do fundo, enquanto que pela proposta portuguesa só teríamos que consultar a série correspondente à geração de José Malvar Pinto.

Se o que se quisesse consultar fosse um dos maços de correspondência de Julián Malvar sem sabermos a data, no caso galego teríamos que investir mais tempo do que no português, porque neste último modelo só teríamos que consultar a série de correspondência na geração de Julián Malvar.

Note-se uma particularidade ao classificar o Fundo Malvar (e pode ser que se repita em outros acervos documentais) é que ele resulta da união de outras casas secundárias, que criam um fundo que se vai unindo com o principal, através de casamentos, processos de nascimentos de filhos e/ou quebras nas gerações e que nós temos que respeitar para o tratamento arquivístico.

³¹² Elaboração própria a partir das indicações do autor.

CONCLUSÕES

Primeiramente, não podemos declarar que uma das opções é melhor do que outra, nem mais eficaz, até que avaliemos as consequências que a sua aplicação tem dentro de um arquivo. Pessoalmente, considero que no plano teórico tem mais lógica utilizar as ferramentas genealógicas, já que se está a falar de famílias e não é tão necessária a divisão administrativista que propõe Olga Gallego. Além disso, os dois modelos não são incompatíveis, no momento em que o modelo sistémico permite uma indexação por assuntos e a criação de diferentes índices que favoreçam a aproximação à documentação.

Na curta experiência do meu estágio no *Arquivo da Diputación de Pontevedra*, quando uma pessoa deseja consultar qualquer tipo de documentação familiar fá-lo procurando algo referente a uma pessoa determinada (a sua casa, a sua herança, o seu património). Pelo que, à partida, este modelo parte com alguma vantagem. Da minha prática e trabalho depende, até ao fim do estágio, demonstrar de forma teórica e aplicada a importância do sistema e a necessidade de exportar o modelo sistémico para a administração espanhola, responsável pela conservação e tutela de boa parte da documentação familiar.

Sublinho a riqueza que pressupõe a existência deste debate, tanto à arquivística como à organização dos próprios arquivos de família que poderão dar um novo passo e seguir afiançando sua função como sistemas de informação, porque resultam da produção da informação por alguém, mesmo antes de serem fontes documentais.

Parece existir uma barreira cultural entre Espanha e Portugal inadmissível e que pouco a pouco temos que ir derrubando. Considero prioritário exportar os critérios e conceitos dos arquivistas portugueses aos centros de informação espanhóis por ser uma proposta atraente para a revitalização dos arquivos de família, ainda pouco estudados na Galiza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUINAGALDE, F. Borja de - **Archivos de familia y archivos domésticos. Treinta años de experiencia** [Em linha]. FLUP. Disponível na internet: <<http://goo.gl/DhhTLF> >

DOMÍNGUEZ, Olga Gallego - **Manual de archivos de familia**. ANABAD, Madrid, 1993, ISBN 84-88716-04-4

GARAZO, Antonio Presedo - **A fidalguía galega ante a crise do Antigo Réxime (1812 - 1868)**. TresCtres. Santa Comba, 2006, ISBN 84-934890-1-8

GARAZO, Antonio Presedo - **Nobleza y régimen señorial en Galicia: la Casa de Montaos en Iso siglos XVI y XVII**. Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela, 2011, ISBN 978-84-9887-695-6

RODRÍGUEZ, Vitor Manuel Migués - **A fidalguía galega a comezos do século XIX: a obra de Froilán de Troche y Zúñiga**. Anuario Brigantino [Em linha] nº18 (1995), p.117 - 129. [Consult. 10/02/14] Disponível na internet: <http://anuariobrigantino.betanzos.net/Ab1995PDF/1995%20117_128.pdf> ISSN 1130 -7625

RODRÍGUEZ, Vitor Manuel Migués - **Os arquivos privados e a nobreza: un apuntamento histórico - arquivístico**. Xunta de Galicia: Dirección Xeral de Patrimonio Cultural, Santiago de Compostela, 2002, ISBN 84-453-3413-1.

ROSA, María Lurdes - **Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Moderna)** Revista de História da Sociedade e da Cultura [Em linha] nº9 (2009), p. 9-45. [Consult. 10/02/14] Disponível na internet: < http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc_9/rhsc9_9-42_mlr.pdf >ISSN 1645-2259

SILVA, Armando Malheiro da - **Arquivos de família e pessoais. Bases teórico - metodológicas para uma abordagem científica**. In **Seminário sobre Arquivos de família e pessoais**. Vila Real: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), Grupo de Trabalho de Arquivos de Família e Pessoais, 1997, 51-106

SILVA, Armando Malheiro - **Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para a aplicação do modelo sistémico e interactivo**. Revista da FLUP: Ciências e Técnicas do Património. [Em linha] I Série, Vol.III, (2004). Disponível na internet: < <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8111/2/4083.pdf> > ISSN 1645 - 4936.

VILLARES, Ramón - **Foros, frades e fidalgos: estudos de historia social de Galicia**. Xerais. Santiago de Compostela, 1982, 9788475070650

VILLARES, Ramón - **La propiedad de la tierra en Galicia: 1500 - 1936**. Ed. Siglo XXI. Madrid, 1982, ISBN 84-323-0437-9

ZUÑIGA, Froilan de Troche - **El archivo cronológico - topográfico, arte de archiveros: método fácil, sencillo y poco costoso para el arreglo de archivos**. [Em linha]. 2ªed. A Coruña: Imprenta de Iguereta, 1830 [Consult. 10/02/14]. Disponível na internet:

<http://galiciana.bibliotecadegalicia.xunta.es/gl/consulta/registro.cmd?id=4262>

